

HISTÓRIA, SAÚDE E O ORGANIZAR DA CIDADE: A TRAJETÓRIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FORTALEZA

CARLOS CESAR DE OLIVEIRA LACERDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

HISTÓRIA, SAÚDE E O ORGANIZAR DA CIDADE: A TRAJETÓRIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FORTALEZA

1. Introdução

É na conjunção entre as discussões sobre as cidades e a abordagem da história no contexto dos estudos organizacionais (EOR) que esse trabalho repousa. A relação entre história e administração é observada a partir de um marco teórico crítico por mais história na gestão (CLARK; ROWLINSON, 2004), em que os autores discutiram o tratamento da história rumo a uma “virada histórica”. Existe uma gama de pesquisadores que vem trabalhando essa articulação em diversos estudos na área da administração (GOLDMAN, 1994; KIESER, 1994; COOKE, 1999; BRUNNINGE, 2009; BARROS, 2016), sugerindo como a história pode ser relevante para compreender os fenômenos nos estudos organizacionais.

O tema da cidade como objeto nos estudos organizacionais já foi problematizado em diversos trabalhos na área. De acordo com Kuster e Pechman (2014), a cidade estabelece um espaço singular percebido simbolicamente, em que diferentes grupos significam suas experiências de maneira distinta e muitas vezes conflituosas e de amplos territórios em disputa pelos seus habitantes (SARAIVA, 2019), assim colocando a cidade como um processo complexo (LIMENA, 2001), requerendo uma visão macroscópica de análise organizacional e compreensão interdisciplinar.

Após as publicações consideradas seminais que abordam o tema das cidades nos EOR (FISCHER, 1996; 1997; FISCHER et al., 1996; MAC-ALLISTER, 2001; 2004), outros autores avançaram nesta discussão. Inclusive evidencia-se alguns estudos que fazem as interfaces entre o desenvolvimento de diferentes instituições/organizações e sua relação com a organização da cidade, como por exemplo: i) o Mercado Central de Belo Horizonte (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014); ii) a Feira Hippie (CARRIERI; SARAIVA; PIMENTEL, 2008); iii) e diferentes Galerias como a Galeria do Ouvidor e do Maletta também em Belo Horizonte (PALHARES; CORREIA; CARRIERI, 2020; SANTOS; CARRIERI, 2018). Contudo, e de acordo com os levantamentos bibliográficos realizados em bases de dados como SPELL, periódicos CAPES e google acadêmico, são escassos os estudos no contexto dos EOR e da administração que tiveram como foco as articulações do tema da cidade a partir da abordagem da história, sobretudo, quando problematizado com base em instituições de saúde hospitalar, indicando uma provável lacuna na qual a problematização dessa pesquisa se insere. Dessa forma, ao levar em consideração estas discussões, a questão problematizadora desse estudo nos levou a olhar para a trajetória histórica do primeiro hospital de Fortaleza na sua relação com o organizar da cidade: a Santa Casa da Misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza é uma instituição filantrópica de referência no estado do Ceará, sobretudo, durante o século XIX, sendo o imponente primeiro hospital de Fortaleza com 162 anos. Seguiu no movimento das “Misericórdias” e foi regido inicialmente pelo compromisso das confrarias produzidas por Portugal a partir da lógica das “Santas Casas” (SIQUEIRA, 2022). Considerada como uma instituição política de assistência aos pobres e doentes, as Santas Casas da Misericórdia são instituições filantrópicas presentes em grande parte do território brasileiro. Em particular, a de Fortaleza é um hospital geral que está localizado no bairro do Centro, onde se presume que se desenvolveu a cidade de Fortaleza no seu marco zero. Desde 2006, o prédio onde se situa está tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Fortaleza, sendo referência de arquitetura da saúde na cidade (OLIVEIRA, 2010).

A trama histórica da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza nos direcionou para o contexto de criação do Asilo São Vicente de Paulo, o Hospital Psiquiátrico que estava vinculado administrativamente à Santa Casa. O asilo foi uma das grandes instituições responsáveis por abrigar os considerados loucos, desviantes e alienados que circulavam nas ruas/prças e que incomodavam as elites no período da *Belle Époque* de Fortaleza (1850-1925), sobretudo nos períodos de estiagens e nas persistentes épocas de seca da região, assim como os consequentes processos de migrações dos retirantes do interior do estado para a

capital. Períodos esses em que a cidade de Fortaleza vivia o auge das suas políticas governamentais higienistas inspiradas e pautadas pelos ideais do “progresso”. Além da Santa Casa da Misericórdia e o Hospital Psiquiátrico já citados, outras duas instituições (a Casa de Saúde Eduardo Salgado, que funciona como um pensionato e o Cemitério São João Batista) fazem parte do que é denominado de “Complexo Santa Casa” que se entrecruzam historicamente nesse organizar da saúde e também da cidade. O cemitério é um referencial da memória de Fortaleza, sendo o mais antigo da cidade fundado em 1872.

Diante do exposto, este artigo teve como objetivo compreender a trama histórica do primeiro hospital de Fortaleza na sua relação com o organizar da cidade. Tendo como contexto histórico a *Belle Époque*, a questão de pesquisa foi “como se deu a trajetória histórica do primeiro hospital de Fortaleza na sua relação com o organizar da cidade?”.

2. A Abordagem da História na Administração e a “Virada Histórica” nos Estudos Organizacionais

Foi a partir de um marco teórico crítico por mais história na gestão ao sintetizar as discussões da “nova história”, que Clark e Rowlinson (2004) discutiram o tratamento da história rumo a uma “virada histórica” através de um movimento denominado de “*Historic Turn*” que estabelece uma aproximação entre história, historiografia e ciências sociais.

O “*Historic Turn*” é um convite para além de abordagens hegemônicas que envolve teorias, métodos e modelos que vão além de perspectivas lineares e longitudinais e que considera diversas dimensões como fontes históricas no contexto das organizações (CLARK; ROWLINSON, 2004; CARNEIRO; BARROS, 2017). Esse movimento se configura como um apelo por mais história na gestão ao problematizar a relação espaço-tempo, historicizando os trabalhos nas ciências sociais aplicadas, mostrando que as práticas de gestão também devem se situar culturalmente e historicamente (BOOTH; ROWLINSON, 2006; CLARK; ROWLINSON, 2004).

Embora tenha sido apenas em 2004 que o termo “*Historic Turn*” tenha surgido nas pesquisas, os autores Zald (1993) e Burrell (1997) já apontavam para a necessidade de incorporar a perspectiva histórica aos estudos de gestão. Os objetos das ciências sociais são situados na história e, por isso é relevante esta relação (ZALD, 1993). Dessa maneira, o movimento do “*Historic Turn*” impulsionou diferentes estudos que insurgiam a uma perspectiva a-histórica que a ciência da Administração construiu ao longo dos tempos (MILLS; WEATHERBEE; DUREPOS, 2014).

A partir desses movimentos e discussões, os últimos trinta anos foram testemunhas de uma crescente convocação para a virada histórica em estudos de gestão e teoria organizacional. Na seara nacional, esse movimento não tardou, em que alguns autores como Costa (2014; 2015), Barros e Carrieri (2015), Vizeu (2007, 2010) foram influenciados a desenvolver trabalhos nessa vertente.

Por exemplo, o trabalho de Costa, Barros e Martins (2010) apresentou uma discussão que busca contribuir para um melhor entendimento do pensamento administrativo, por meio de novos objetos, problemas e abordagens de gestão focando a história, destacando três diferentes enquadramentos nessas questões: 1) a história organizacional; 2) a história dos negócios; 3) a história da gestão. Para os autores, esses posicionamentos possibilitam uma reflexão da práxis do pesquisador em Administração, ao considerar novos objetos de pesquisa, contribuindo para análises mais críticas sobre ideologias administrativas (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; BARROS et al., 2011).

Vizeu (2010), por sua vez, discutiu um trabalho que abordou as potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros, propondo temas para uma agenda de pesquisa. Da mesma forma, Costa e Saraiva (2011) acrescentaram o tema da memória nestas discussões, teorizando sobre a formalização social do passado em memória nas organizações.

Posteriormente e a partir da “virada histórica”, o uso dos documentos foi inserido fortemente nas discussões (BARROS, 2016; CARNEIRO, 2017; DECKER, 2013; 2014;

SCHWARTZ; COOK, 2002). Barros (2016) trouxe para o cerne das discussões questões acerca da construção dos arquivos de pesquisa, problematizando sobre as etapas dessa metodologia na área da Administração, além do conceito de arquivo enquanto espaço em transição e as relações inerentes a ele.

Nessa seara, sobressaem-se ainda o tema do cotidiano organizacional e da história (BARROS; CARRIERI, 2015); da história e os antecedentes das escolas de administração, comércio e finanças no Brasil (BARROS; ALCADIPANI; BERTERO, 2018; VIZEU, 2018; BARROS, 2017; BEZERRA; FERNANDES; CHAYM; IPIRANGA, 2019); da história articulada ao tema do empreendedorismo e do legado empreendedor (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011; IPIRANGA et al., 2019); da abordagem histórica com base na análise crítica do discurso (HODGE; FREITAS; COSTA, 2021); e da história organizacional crítica articulada ao organizar das margens da cidade através da reativação da memória de um nexo histórico organizador (LACERDA; IPIRANGA; THOENE, 2023).

Outros trabalhos também caminham nessa discussão ao enfatizar a história de vida no estudo das organizações (LOPES; COSTA, 2021; MACCALI et al., 2014; GODOY, 2018; TEIXEIRA; COSTA; LOPES, 2021; GRANATO; LOPES; COSTA, 2020), assim como a perspectiva da história oral como uma possibilidade aos estudos em administração, enfatizando as questões acerca da memória organizacional (HODGE; COSTA, 2020). Outros estudos dão maior ênfase a uma crítica particular à virada histórica no contexto da América Latina, defendendo o projeto decolonial (WANDERLEY; BARROS, 2019; SAUERBRONN; LIMA; FARIA, 2022), bem como maiores possibilidades e desafios propostas pelo subcampo *Critical Organizational History* (DUREPOS et al., 2021), entre outros.

Dessa maneira, a perspectiva da história vem assumindo papel de destaque na Administração, como observado na pesquisa de Godfrey et al. (2016), constituindo nos últimos anos uma ampla aproximação entre as áreas, desvelando, de acordo com Wanderley et al. (2017), uma nova teoria organizacional mais crítica à dimensão histórico-temporal-espaacial no contexto da Administração/Organizações.

3. A Discussão do Organizar da Cidade nos Estudos Organizacionais

Na área de administração, mais especificamente no campo dos estudos organizacionais, o tema das cidades vem sendo discutido a algumas décadas. A partir dos anos 1990 houve uma expansão dos olhares da área de administração, por meio da conjuntura nacional, que abarcou o tema “cidade” através da escola de Administração da UFBA, por meio do NEPOL (Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), capitaneado pela professora Tânia Fischer.

Um dos primeiros estudos que fazem essa articulação entre a ciência da administração e o tema de cidades é o proposto por Fischer (1996; 1997), Fischer et al. (1996). Na oportunidade, a cidade foi discutida como uma grande organização social que precisa de uma gestão que articule um conjunto de instituições sociais, políticas, públicas e privadas, além de diversos grupos e indivíduos convergindo em um mesmo ambiente urbano, possuindo alta complexidade e desafiando sua gestão (FISCHER, 1996; FISCHER et al., 1996).

Em Fischer (1997), observamos uma discussão em torno de compreender a cidade como pluralismo organizativo e um sistema que se articula pelo cotidiano em tempos e espaços comuns por meio de espaços e ciberespaços, ocupados por organizações reais e virtuais na cidade de Salvador/BA. Logo após essas discussões, o tema da cidade surge como um conceito: a organização-cidade no contexto dos estudos organizacionais (MACALLISTER, 2001; 2004), situando as discussões para a gestão na cidade a partir dos grupos que vivenciam a cidade, contrapondo-se a uma gestão da cidade, conforme o discurso da administração pública (HONORATO; SARAIVA, 2016; VIEGAS; SARAIVA, 2015; SHIMADA, 2015).

Esses estudos foram importantes para o avanço do tema de cidades nos EOR brasileiros e, a partir de então, diversos outros(as) pesquisadores(as) iniciaram suas pesquisas com esse foco nas cidades, para além de aspectos econômicos e de localização, tais como Ipiranga (2010), ao discutir a cultura da cidade e seus espaços intermediários, como as ruas, bairros, bares e restaurantes, compreendendo que a cidade é também um espaço de pluralidades e dessemelhanças, luzes e sombras, marginalidades e cidadania, assim como um lugar de transição e fluxos. Cita-se também o trabalho de Fantinel e Fischer (2012) ao articular discussões sobre as organizações dos cafés no contexto urbano da cidade de Porto Alegre, por meio de suas sociabilidades organizativas. Além do estudo de Silva e Chagas (2020) ao discutir sobre os processos de organizar da cidade em relação a (re)territorialização de moradores no município de Paranavaí/PR, a partir da intervenção urbana do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Destaca-se, ainda, a abordagem ao campo observado no trabalho de Saraiva e Carrieri (2012), em que os autores propõe um avanço conceitual a partir do conceito de organização-cidade abordado por Mac-Allister (2001; 2004).

Além destes, destacamos também diversos outros trabalhos que fizeram essa articulação sob o foco de diferentes teóricos, por exemplo, Certeau, Lefebvre, Harvey e Foucault (FRANCO; OLIVEIRA, 2016; MISOCZKY; OLIVEIRA, 2018; CORDEIRO; MELLO; BASTOS, 2019), trabalhos que discutiram os estudos de espaços e territórios com foco nas identidades e seus desdobramentos (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014), trabalhos que abordaram a cidade articulando-a população em situação de rua e práticas de pichação nas cidades (HONORATO; SARAIVA, 2016; VIEGAS; SARAIVA, 2015), trabalhos com foco na representação política, na gestão do espaço público voltado para interesses privados e nas práticas de resistência urbanas (LACERDA; MELLO, 2018; SHIMADA; ICHIKAWA, 2019; LACERDA; MELLO, 2020), trabalhos que analisaram fenômenos relacionados a territorialidade nas cidades (SILVA; CHAGAS, 2020; MISOCZKY et al., 2011; PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2016), pesquisas com ênfase nas dimensões do espaço urbano para mobilidade urbana nas cidades (SILVA; MELLO, 2017; SANTOS; MAC-ALLISTER, 2020), trabalhos com foco nas representações da cidade e como essas questões resultaram na construção de um determinado discurso sobre a cidade (CORREIA, SANTOS; CARRIERI, 2020), discussões que compreendem a cidade para além dos aspectos humanos, ampliando esse olhar para outras espécies por meio de uma produção urbana organizativa multiespécie (FANTINEL, 2020), estudos com foco nas práticas de espaço urbano de rupturas a partir da arte (BEZERRA; LOPES; SILVA; IPIRANGA, 2019), bem como trabalhos com foco na cidade a partir de uma história organizacional crítica (LACERDA; IPIRANGA; THOENE, 2023).

4. Procedimentos Metodológicos

Em função da natureza do objetivo apresentado anteriormente, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo (VERGARA, 2013), com inspirações históricas (APPIO, et al., 2017), tendo sido constituído uma coleção documental (CARTER, 2006). Ciente da problematização das fontes e das relações de poder a partir de uma rede que é composta por vozes, silêncios, ausências e desvios (DECKER, 2013), a coleção foi composta por jornais de tempos idos, fotografias, imagens, documentários e reportagens. Estes foram organizados a partir de diferentes acervos consultados, conforme descrito no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Coleta nos acervos e endereços eletrônicos/físicos consultados entre fevereiro e maio de 2023

Item	Nome do acervo	Repositório / Endereço eletrônico e Físico
1	Acervo Portal Fortaleza Nobre.	https://www.fortalezanobre.com.br
2	Acervo Portal Fortaleza Antiga.	https://fortalezaantiga.blogspot.com
3	Acervo Portal Fortaleza em Fotos.	https://www.fortalezaemfotos.com.br
4	Acervo Digital de Fortaleza.	https://acervo.fortaleza.ce.gov.br
5	Acervo Portal História do Ceará.	https://uranohistoria.blogspot.com
	Acervo do <i>site</i> organizado pela instituição a partir da	https://santacasace.org.br / IG: @santacasafort

6	sua biografia e sua página na rede social do <i>Instagram</i> .	
7	Acervo da Hemeroteca Digital.	https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital
8	Acervo do Memorial da Santa Casa da Misericórdia.	Rua Barão do Rio Branco, nº 20 - Centro, Fortaleza-CE.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Nos acervos digitais dos sites citados e da hemeroteca, algumas estratégias de pesquisa foram utilizadas: no campo de “busca avançada” optamos pelo critério de “período”, iniciando em 1845 até 1925, pois foi o período mais relacionado ao movimento da *Belle Époque* de Fortaleza e a criação do hospital. Nesse momento, as palavras-chave utilizadas foram: ‘Santa Casa da Misericórdia’; ‘Hospital da Caridade’; ‘Casa da Misericórdia’; ‘História e Fortaleza’; ‘Hospital no Ceará’; ‘Retirantes’; ‘*Belle Époque* de Fortaleza’.

A base de dados documental gerou um *output* com matérias de jornais de época com diferentes informações relevantes sobre o contexto de criação da Santa Casa, dos períodos de estiagens, dos retirantes que fugiam da seca e do movimento da *Belle Époque* de Fortaleza. As páginas geradas com os jornais e revistas de época foram salvas em PDF (*Portable Document Format*) para formar a coleção documental, ao mesmo tempo que outros refinamentos foram feitos a fim de organizar e catalogar toda a coleção. Nesse momento, foi realizado a observação documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDAN, 2009), facilitando, assim, a elaboração de uma ficha documental, contendo os seguintes itens: nome do jornal, ano de publicação, páginas dos trechos, descrições, contexto histórico, repositório, etc.

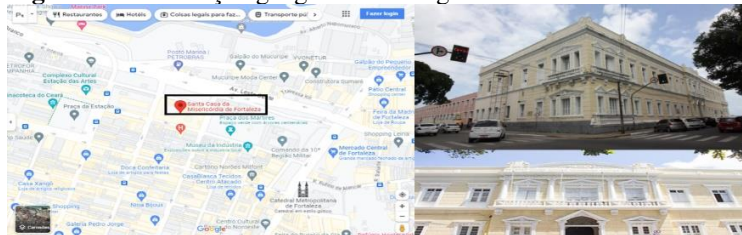
Além dos documentos, uma pesquisa bibliográfica também foi efetivada em diversas áreas de conhecimento para buscar estudos (artigos, monografias, dissertações e teses) sobre os fatos pesquisados em bases de dados como google acadêmico, SPELL e a biblioteca virtual da UECE e UFC. Para este momento, não foi utilizado nenhuma estratégia específica de coleta e o processo se deu de forma artesanal e orgânica.

Após isso, seguiu-se os procedimentos de análise documental, que segundo Cellard (2008) se baseia nas “pistas documentais”. Foram estabelecidas ligações, comparações e descrições concretizadas por meio de leituras repetidas que permitiram identificar as similitudes, relações e diferenças conduzidas por grupos temáticos (CELLARD, 2008). Esse processo constituído revelou algumas pistas sobre o contexto de criação da Santa Casa e o organizar de Fortaleza conforme exposto no próximo tópico.

5. Uma História a ser Contada sobre a Santa Casa da Misericórdia e o Organizar da Cidade de Fortaleza

Os registros históricos apontam que o primeiro hospital de Fortaleza foi a Santa Casa da Misericórdia (nome atual do hospital) e compõe um significativo elemento na história de Fortaleza pelo seu pioneirismo de primeira instituição de saúde (GIRÃO, 1979). O hospital de natureza filantrópica está localizado na rua Barão do Rio Branco, nº 20, no bairro do Centro de Fortaleza, tendo fachadas com características no estilo neoclássicas, as quais são mantidas até os dias atuais. Está situado próximo a equipamentos urbanos significativos no que diz respeito a organização da cidade de Fortaleza como o Mercado Central, a Catedral Metropolitana, a Praça dos Mártires, o Museu da Indústria, a Avenida Leste-Oeste e dentre outros como demonstrado na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Localização geográfica e fotografia da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza



Fonte: Google Maps e *site* da instituição (SANTA CASA, 2023).

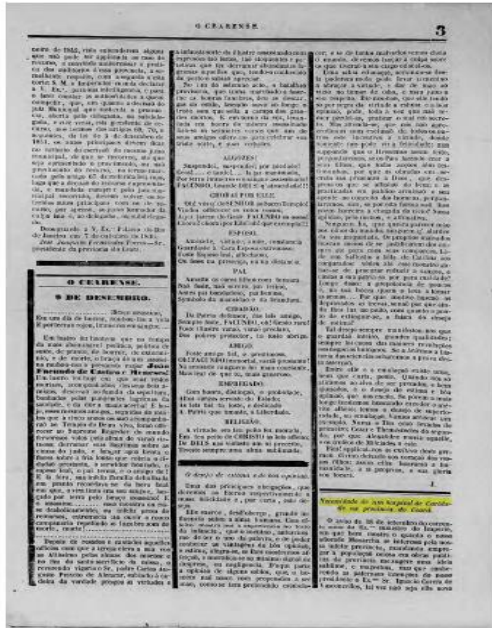
Os estudos históricos são, em geral, apresentados de forma cronológica, discorrendo sobre um conjunto de fatos narrados em diferentes períodos (CLARK; ROWLINSON, 2004). Nossa história inicia-se nos idos de 1861, mais precisamente em 12 de fevereiro. Essa data representa historicamente a oficialização da Irmandade da Misericórdia que administrou o Hospital da Caridade (primeiro nome do hospital) a partir da sua inauguração no prédio que atualmente ainda é ocupado pela Santa Casa, que tinha o nome de Lago da Pólvora/Paiol, por funcionar ali um paiol, depois retirado, e passando-se a chamar Lago da Misericórdia (MOURA, 2019; SIQUEIRA, 2022). A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia foi criada pela Lei nº 928, de 4 de agosto de 1860 com o intuito de construir o hospital da Santa Casa da Misericórdia em Fortaleza e gozava de grande prestígio durante o Império. A irmandade era identificada pelo uso de uma capa preta e a sua bandeira era vista com respeito e admiração pela sociedade (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2009; Acervo Portal Fortaleza Antiga, 2007).

No entanto, as obras de construção do Hospital da Caridade antecedem a data de inauguração e foram iniciadas anteriormente no ano de 1847, sendo concluída em 1857 a mandato do então presidente da província, Coronel Inácio Correia de Vasconcelos (?-1859) por meio de recursos públicos fornecidos a província juntamente com as sobras de donativos arrecadados para minorar a dor de famintos e retirantes vindos do interior. Durante muitos anos a provedoria-mor do hospital era ocupada pelos presidentes da província e, posteriormente, do Estado (MOURA, 2019; FERREIRA, 2017). A construção foi concluída, mas não iniciou o funcionamento pela falta de pessoal treinado para trabalhar no hospital. Suas origens remetem aos movimentos das misericórdias por meio da primeira Santa Casa da Misericórdia que foi fundada em Lisboa, Portugal em 15 de agosto de 1498 pela Rainha de Portugal, D. Leonor de Lencastre (1458-1525) por inspiração do religioso Frei Contreiras, que juntamente com a Rainha estava preocupado com a situação de miséria e pobreza em que se encontravam as viúvas pobres, os órfãos e os necessitados que perambulavam pelas ruas de Lisboa. A instituição assistencialista era regida pela igreja católica que recebia verbas para a manutenção de hospitais e às Misericórdias (*Site Biografia - Memorial da Santa Casa*). Daí o surgimento da Irmandade da Misericórdia em Lisboa e seus desdobramentos a partir de novas fundações nas cidades de Évora e Porto (também em Portugal), seguidas de mais outras cidades portuguesas e também em outros lugares como no Brasil a partir da expansão do domínio português e como instrumento de difusão do poder de Portugal em relação ao Brasil (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2009).

Entre esses anos de 1845 e 1847, que iniciaram os fundamentos para a construção do hospital, também ocorreram sucessivos períodos de estiagens e secas no Ceará, intensificando-se o crescimento de pobres, doentes e mendigos nas margens da cidade por conta das consequências da seca, somados a leva de retirantes vindos do interior do estado e que chegavam aos montes em Fortaleza em busca de assistência governamental. Por esse motivo as autoridades sentiram a necessidade de criar um hospital para atender as diferentes demandas dos pobres desassistidos por conta das consequências das secas e das epidemias que assolavam a cidade, como a cólera (1862) e a febre amarela (1851). Dessa forma, a criação da Santa Casa significou um processo de racionalização da filantropia a serviço da sociedade de Fortaleza (BRUNO, 2015; MOURA, 2019).

Período esses em que a cidade vivia o apogeu das políticas governamentais da *Belle Époque*, pautados pela higienização do espaço e limpeza social rumo ao “progresso” da cidade. Assim, nesse período, os considerados doentes, mendigos, pobres, loucos e prostitutas eram vistos como nocivos ao processo de aformoseamento da urbe no seu processo civilizatório, dessa forma, justificando o discurso médico de saúde pública com a criação dos Hospitais de Caridade no movimento das Misericórdias oriundos de Portugal (FERREIRA, 2017). Diferentes jornais dessa época noticiavam as necessidades e demandas relacionadas à criação de um hospital para a atenção a saúde das pessoas nesse contexto de crise, conforme evidenciado na Figura 2, a seguir:

Figura 2: Notícia sobre a necessidade de criação de um hospital na cidade

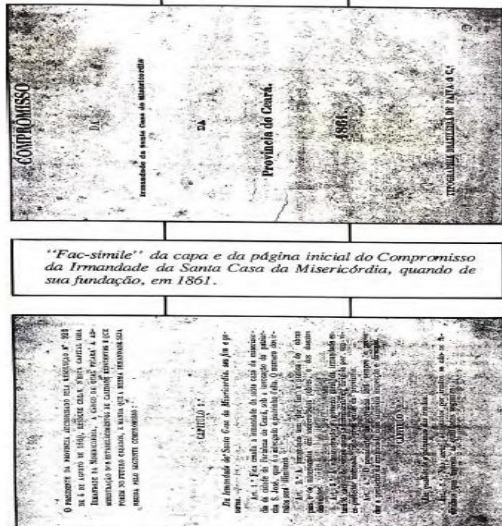


Fonte: Jornal O Cearense, 1845 - Acervo da Hemeroteca Digital (2023).

Somente 14 anos depois, mais precisamente em 12 de fevereiro de 1861, o então presidente da província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1823-1899), autorizado pela resolução nº 928, de 4 de agosto de 1860, é que oficializa todo processo e o compromisso da instituição em Fortaleza, sendo inaugurada finalmente em 14 de março de 1861, o “hospital dos pobres”, quando possuía somente o pavimento do térreo, nomeando seus dirigentes com a missão de administrar o hospital (Acervo do *site* organizado pela instituição a partir da sua biografia e sua página na rede social do *Instagram*, 2019; FERREIRA, 2017).

A partir desse momento, o então projeto de Hospital da Caridade passou a chamar-se Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza, sendo o primeiro hospital da cidade, tendo mantenedora a irmandade beneficente da Santa Casa. Nesse processo, o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro (1830-1875), foi o primeiro médico nomeado para trabalhar na Santa Casa (OLIVEIRA, 2010; MOURA, 2019). Nesse movimento, foi o ponto de partida para a criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), e atualmente é um dos maiores hospitais do estado (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2009). Na Figura 3 a seguir, observa-se o compromisso da irmandade da Santa Casa em 1861.

Figura 3: Capa do compromisso da irmandade da Santa Casa em 1861



Fonte: Vasconcelos (1994).

Os compartimentos do hospital estavam organizados da seguinte forma em 1895: havia a capela, o salão onde funcionava a mesa administrativa, a secretaria, o parlatório das irmãs de caridade, o refeitório, a sala de costura, o dormitório para trinta e três órfãs, a farmácia, o laboratório, armazéns, consultórios médicos, o depósito de flores, entre outras dependências, como as enfermarias (FERREIRA, 2017; SIQUEIRA, 2022).

No contexto brasileiro, esse processo em Fortaleza se deu tardiamente (300 anos depois da Santa Casa de Olinda-PE), já que a primeira Santa Casa da Misericórdia no Brasil foi fundada em 1539 na cidade de Olinda, Pernambuco, a Santa Casa de Misericórdia da Vila Olinda, seguida da Santa Casa da cidade de Santos em São Paulo no ano de 1543 fundada pelo fidalgo português Brás Cubas (1507-1592). Após essas iniciativas, outras cidades brasileiras também seguiram nesse caminho ao construir as Santas Casas, como por exemplo, Vitória-ES (ano de 1545, fundada pelo padre José Anchieta), Salvador-BA (ano de 1549), Rio de Janeiro-RJ (ano de 1582), João Pessoa-PB (1585), São Luís-MA (1622), e dentre outras 200 cidades brasileiras que também continuaram nesse movimento de assistência a população enferma vulnerável, sendo orientado pelos aspectos religiosos e os propósitos da irmandade de Portugal (Relatório Anual da Santa Casa, 2017).

Além de atendimento hospitalar, a Santa Casa de Fortaleza, ainda nos primeiros anos de existência, ofereceu amparo religioso aos doentes, já que o acesso se dava somente as pessoas com algum comprometimento sistêmico. Essas práticas estavam vinculadas aos cuidados com o corpo e a alma, reforçando a tradição das associações religiosas, como foi o caso da irmandade da misericórdia, na conquista e ocupação do território católico desde a colonização do Brasil. Ademais, a Santa Casa também promovia serviços de caridade e acolhimento de órfãos e mendigos. Com essa prática, combatia-se a mendicância de pessoas em situação de rua, o que possibilitava, segundo os administradores da capital, a “modernização” das ruas e praças de Fortaleza (OLIVEIRA, 2010; FERREIRA, 2017).

Em 1925, o hospital firmou-se como uma instituição de alta tecnologia, sendo o pioneiro no estado no que diz respeito a introdução do serviço de radiologia ao inaugurar o primeiro aparelho de Raio X. Durante quatro anos, a Santa Casa também abrigou o primeiro serviço de urgência em Fortaleza, quando em 1937 foi inaugurado o pronto socorro Dr. José Ribeiro Frota (IJF), atualmente, reconhecido por sua referência nacional (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2009).

Em 1971, na Santa Casa foi inaugurado um moderno centro cirúrgico que em pouco tempo fez com que fosse o hospital a realizar o maior número de cirurgias em todo o Ceará. Nessa mesma década, o hospital passou por diferentes modificações em seus estatutos administrativos quando foi desligado da Arquidiocese de Fortaleza. A década de 1980 foi marcada pela integração do hospital ao sistema SUS (Sistema Único de Saúde), mantendo características de hospital filantrópico, ou seja, a Santa Casa é uma instituição privada, porém sem fins lucrativos, que possui contrato com o sistema público para prestar atendimento aos pacientes do SUS. Pelo menos 60% dos atendimentos oferecidos pelo hospital são destinados, obrigatoriamente, ao SUS (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2009; Acervo Portal Fortaleza Antiga, 2007). A Figura 4, a seguir, demonstra algumas fotos históricas do hospital e suas dependências em diferentes períodos.

Figura 4: Imagens históricas do hospital da Santa Casa e seus compartimentos



Fonte: Acervo Portal Fortaleza Nobre (2009).

Atualmente, a direção do hospital é colegiada por um grupo de pessoas respeitadas pela sociedade cearense, sob a direção de um “provedor-mor”, cargo ocupado atualmente pelo Dr. Luiz Gonzaga Nogueira Marques. Ele conta com o apoio de uma Mesa Administrativa (mais de 30 membros) e uma Provedoria em que constam os nomes de dois vice-provedores: João Paulo Simões Accioly de Carvalho e Leorne Menescal Belém de Holanda; dois secretários: Victor César da Frota Pinto e Marcos Silva Montenegro; e dois tesoureiros: Roberto de Azevedo Moreira e João Crisóstomo de Souza (Relatório Anual da Santa Casa, SANTA CASA, 2017).

As diferentes práticas citadas estavam atreladas historicamente ao discurso médico a partir dos conhecimentos difundidos pelos “Tratados de Higiene Pública”, que guiavam a legislação e as práticas administrativas, sugerindo a medicalização do espaço e também da sociedade (FERREIRA, 2017; MOURA, 2019). É nesse aspecto que relacionamos as questões hospitalares com a indicação de que a cidade, a partir dos seus aspectos históricos, físicos, sociais, econômicos e culturais, se configura como um espaço propício para o surgimento de doenças, conflitos e, conseqüentemente, a desordem (SIQUEIRA, 2022). Dessa forma, compreendendo aspectos relacionados com o organizar histórico da cidade de Fortaleza rumo a “modernização” por meio da busca pelo “progresso” pautado na medicalização do espaço, sugerindo diferentes normas de organização da cidade em tempos idos.

Historicamente, como capitania dependente, o Ceará teve a sua organização iniciada no século XVII com a pecuária, para fornecer carne e tração à economia açucareira estabelecida na Zona da Mata. E Fortaleza, fundada em 13 de abril de 1726, ficou à margem (PONTE, 2004). No final do século XVIII, o protagonismo do algodão deu um destaque ao estado por meio da produção e exportação, garantindo a importância dessa matéria-prima na economia regional. O Ceará conquistou sua independência da capitania de Pernambuco em 17 de janeiro de 1799 por meio de Carta Régia e alcançou características urbanas no início do século XIX. A então “Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção” torna-se a capital do Ceará e logo em seguida se transformou em centro administrativo (Acervo Portal História do Ceará, 1879). Fortaleza foi fundada no dia 13 de abril de 1726, ao redor do rio Pajeú quando a povoação foi levada a condição de vila (COSTA, 2014; FARIAS, 2007). De acordo com Castro (2014), em 1813 a então vila recebeu seu primeiro plano e planta de desenvolvimento urbano feito pelo engenheiro Antônio José da Silva Paulet na gestão do então governador Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire (1778-1856) que governou a capitania do Ceará de 1812 a 1820. Somente em 1823 o imperador Dom Pedro I elevou a vila à categoria de cidade e assim, a capital do Ceará começava a ganhar formas (FARIAS, 2007; CARTAXO, 2016).

O sucesso que foi decorrente das exportações do algodão e o crescimento do comércio de mercadorias pela Europa enalteceu o movimento da Fortaleza da *Belle Époque*, que foi de 1870 a 1930 e traduzia em termos locais a euforia europeia, sobretudo, francesa, com as novidades decorrentes da revolução científico-tecnológica da era moderna (Acervo Portal História do Ceará, 1879).

Nesse momento, as práticas urbanas higienistas seguiram um modelo de medicina urbana francesa e que teve impacto em várias cidades brasileiras. As cidades se embelezavam com a construção de praças, ruas largas, avenidas limpas e iluminação pública, conforme o planejamento urbano inspirado por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), prefeito de Paris entre 1853 e 1870. Durante este período, Haussmann foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, tornando-se referência na história do urbanismo e modelo para a transformação das cidades.

A cidade de Fortaleza também colocou em prática as políticas governamentais que visavam o “progresso” por meio da incorporação de diferentes equipamentos urbanos como bondes, telégrafo e telefone. Além disso, cita-se as pavimentações e a iluminação a gás carbônico das vias públicas. Houve remodelação das praças e ruas mais largas, outras edificações de infraestrutura e limpeza urbana via a remodelação da cidade por meio da

estética de aformoseamento da urbe. Esse processo também incluiu a concepção de avenidas mais limpas e organizadas, mansões e fachadas *art nouveau*, templos, portos, lagos e a criação de boulevards e cafés que passaram a fazer parte da estética urbana da então “moderna” cidade de Fortaleza.

Houve um processo de modernização que também foi refletido em obras e equipamentos urbanos significativos, como por exemplo, a chegada do imponente Mercado de Ferro em 1897. Além disso, a fundação e inauguração do suntuoso Teatro José de Alencar em 1910, com uma estrutura metálica importada diretamente da Escócia, sendo um relevante exemplar da arquitetura eclética com inspiração francesa. Nesse movimento, cita-se também a inauguração do Cine Majestic em 14 de julho de 1917 na Praça do Ferreira, sendo o primeiro cineteatro da cidade de Fortaleza. Ademais, cita-se também nesse movimento uma ampla remodelação das três principais praças da capital: a praça do Ferreira, a praça do Marquês do Herval e a praça da Sé. Do mesmo modo, a chegada das ferrovias do trem e do bonde elétrico nesse mesmo período também representava os trilhos do “progresso”, contribuindo para enaltecer ainda mais a experiência urbana da modernidade (PONTE, 2004).

Nesse processo, a busca pelo progresso e a almejada modernização não abarcava as populações flageladas marginais, fazendo com que estes fossem expulsos da paisagem da cidade e não utilizassem os mesmos espaços frequentados pela parte mais nobre da cidade. Dessa maneira, houve um controle da população no que diz respeito a assepsia dos espaços públicos e do controle dos corpos, trazendo uma nova dinâmica na utilização do espaço, pois a população que não se encaixasse nos padrões elitizados seria considerada suja e conseqüentemente, excluída (LACERDA, 2021). Ponte (2004) nos relata que as ruas deveriam ser limpas e os produtos deveriam ser de excelente qualidade, além disso, a classe trabalhadora precisava obedecer novas regras relacionadas às normas médicas de uso do espaço público.

Nessa época houve o desenvolvimento de práticas que regulavam a vida social por meio de um processo de higienização e estética, inclusive como medida disciplinar através do “Código Municipal de Posturas” que refletia a forma correta de se portar na cidade moderna de Fortaleza, além de questões relacionadas a qualidade dos produtos para consumo e a higiene (asseio) que se deveria ter na cidade. Todas essas questões estavam ligadas ao organizar da cidade e as questões de saúde pública no contexto de criação do hospital na cidade de Fortaleza. A Figura 5, a seguir, demonstra parte do Código Municipal de Posturas, destacando o asseio (qualidade do que é limpo; higiene, limpeza) da cidade de Fortaleza.

Figura 5: Parte do Código Municipal de Posturas, destacando o asseio da cidade de Fortaleza



Fonte: Acervo Portal Fortaleza Nobre (2009).

Todas essas questões influenciaram o processo de transformações no ambiente urbano da cidade de Fortaleza e trouxe diferentes consequências no viver citadino, trazendo impactos grandes e profundos na economia, mas também no estilo artístico, cultural, social e organizacional. Inclusive com a discussão da necessidade da construção de uma instituição de saúde (a Santa Casa) para cuidar dos pobres que sofreram com os impactos das secas e das pandemias que assolavam o estado nessa época, como já mencionado anteriormente. O processo de organizar a saúde levou ao que é denominado atualmente de “Complexo Santa Casa”, formado pela Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza, a Casa de Saúde Eduardo Salgado, o hospital psiquiátrico São Vicente de Paulo e o Cemitério São João Batista.

O cemitério foi fundado em 1872, sendo o mais antigo de Fortaleza. Vários sepulcros de valor histórico são encontrados nele, como por exemplo, ele abriga os restos mortais de importantes personalidades da história do Ceará como Brigadeiro Sampaio, do Senador Virgílio Távora, do Barão de Studart, Boticário Ferreira, Barão de Aratânia, Juvenal de Carvalho, Cego Aderaldo, Rodolpho Teófilo, Liberato Barroso, Quintino Cunha, Caio Prado e entre outros (Acervo do *site* organizado pela instituição a partir da sua biografia e sua página na rede social do *Instagram*, 2019).

Ainda como um dos componentes do “Complexo Santa Casa”, o Asilo São Vicente de Paulo (também conhecido como o “asilo dos alienados”) igualmente orienta esse processo na cidade de Fortaleza por meio da problemática da loucura no Ceará e do confinamento dos corpos (OLIVEIRA, 2010). Houve nesse momento a necessidade de solucionar o problema da circulação de “loucos” (inclusive os retirantes flagelados vindos do interior) que vagavam pelas ruas de Fortaleza e que incomodavam as elites por meio da construção do asilo, bem como a construção de outras estratégias, como por exemplo, os “campos de concentração” e os abarracamentos em espaços marginais da cidade para alojar os retirantes que fugiam da seca e buscavam assistência governamental em Fortaleza (LACERDA, 2021).

O Asilo como um equipamento social está ligado administrativamente à Santa Casa e o seu projeto de construção ganhou maior impulso a partir de uma nova conjuntura social abalada por um cenário de miséria e desolação por que passava a capital. Vinte e cinco anos depois da inauguração da Santa Casa, mais precisamente em 1º de março de 1886, o Asilo São Vicente de Paulo foi inaugurado durante a administração do então presidente da Província, Miguel Calmon Du Pin Almeida (OLIVEIRA, 2010). Localizado no distrito de Porangaba (atual bairro Parangaba), ele representava um lugar estratégico, pois significava uma ponte entre Fortaleza e o sertão e ficava distante do centro, à margem da cidade. Inicialmente, o médico que dirigiu o hospital não possuía a especialização de psiquiatria e era um clínico geral (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2011).

Antes da construção do asilo, os considerados loucos ficavam espalhados em outros espaços. Quando não estavam vagando pelas ruas de Fortaleza, estavam concentrados na Cadeia Pública da cidade ou na Santa Casa da Misericórdia juntamente com os outros doentes. Contudo, foi através dos episódios de caos social das estiagens de 1877-1879 que o asilo e outras estratégias de confinamento se tornaram essenciais (OLIVEIRA, 2010).

Dados históricos revelam que o hospital passou por uma das suas maiores reformas durante o regime militar e, por esse motivo, muitos prontuários e documentos foram extraviados e/ou perdidos, dificultando todo processo histórico do hospital. Ou seja, dados do perfil dos considerados loucos e das técnicas utilizadas no hospital não foram revelados e que podiam servir de subsídios para justificar, por exemplo, a reforma antimanicomial que aconteceu em diferentes hospitais psiquiátricos e que foram alvos de críticas e denúncias no que diz respeito ao tratamento utilizado nos pacientes internados (OLIVEIRA, 2010).

Um dos grandes problemas enfrentados pelo asilo, não somente nos seus primeiros anos de existência, mas durante todo o século XIX e início do XX, foi a questão da superlotação em suas dependências. Já era possível observar a falta de espaços do estabelecimento, que excedia sua capacidade máxima. Dessa forma, ocasionando não somente um grave problema de superlotação, como também más condições de tratamento e mesmo de

sobrevivência (OLIVEIRA, 2010; FERREIRA, 2017). O maior público do asilo eram os criminosos (oriundos das cadeias públicas, tanto da capital quanto do interior do Ceará) e os pobres desvalidos que não possuíam condições de pagar um tratamento e muitas vezes não tinham sequer família ou moradia (OLIVEIRA, 2010). Assim, observa-se que o asilo se configurava mais como um espaço para abrigar os criminosos que não cabia nas cadeias do que um espaço de cura propriamente dito. Esse perfil de quem era considerado alienado, como também a questão da superlotação e as más condições permaneceu durante muito tempo e somente após as discussões que envolvem o combate à ideia de que se deve isolar a pessoa com sofrimento mental em nome de pretensos tratamentos, bem como a ideia baseada nos preconceitos que cercam a doença mental é que essas questões começaram a mudar a partir do movimento antimanicomial (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2011). Ao longo dos anos a nomenclatura de “asilo” foi cedendo lugar para o conceito de “hospital”, e hoje em dia é chamado de Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo.

6. Considerações Finais

Neste estudo, buscamos compreender a trama histórica do primeiro hospital de Fortaleza na sua relação com o organizar da cidade. Baseado na análise da coleção documental constituída, descrevemos a trajetória histórica da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza e seus desdobramentos na formação da cidade. Essa trajetória, por sua vez, foi pautada em três diferentes aspectos relacionados a caridade, a religião e a prática médica que iluminou algumas questões, entre elas: o discurso médico e a saúde pública; as questões sobre a escassez de água e os dilemas das estiagens; os retirantes flagelados empurrados para as margens; as formas de acesso da população vulnerável aos serviços de saúde; e por último, as práticas de higienização social e limpeza urbana na *Belle Époque* de Fortaleza que direcionou para o contexto de criação do Asilo São Vicente de Paulo, o Hospital Psiquiátrico, vinculado administrativamente à Santa Casa por meio da problemática da loucura e do confinamento dos corpos. A Figura 6, a seguir, demonstra uma representação gráfica inicial que articula os principais aspectos identificados na pesquisa a partir da trama histórica da Santa Casa da Misericórdia influenciando mutuamente o processo de organização da urbe.

Figura 6: Representação gráfica que articula os principais aspectos históricos identificados na Santa Casa e na sua relação com o organizar da cidade de Fortaleza



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados documentais (2023).

Como foi observado ao longo do percurso histórico, essas questões envolveram distintas dimensões sociais, culturais, urbanas e políticas que, historicamente, acabaram por moldar e influenciar diferentes processos relacionados ao organizar da cidade de Fortaleza no período da sua *Belle Époque* (1850-1925). Pela compreensão dessa figura, percebe-se os diferentes aspectos que se entrecruzam na relação entre o contexto histórico de criação da Santa Casa e do Asilo São Vicente com o organizar da cidade num processo de entrelaçamento mútuo (representado pelas setas em diferentes movimentos).

Nesse processo, a partir dos aspectos que envolvem o contexto de criação do asilo psiquiátrico e como reflexão crítica, compreendemos que não é dos dias atuais que a saúde e a ciência biológica a partir de suas perspectivas positivistas têm apresentado um discurso de “cuidado” comprometido com os ideais da emancipação e avanço do conhecimento, mas que foi empregado como símbolo de exclusão, disciplinarização urbana e confinamento de corpos. Assim, como foi observado, antes do movimento antimanicomial, percebe-se que esse espaço foi um lugar justificado por práticas médicas para depositar as pessoas indesejadas a partir do projeto de higienização social e limpeza urbana das cidades que ocorreu no início da modernidade na busca pelo almejado “progresso” na urbe. Nessa perspectiva, a ciência médica passou a ter o poder de decidir, com base na estrita observação da sua técnica, o que era normal e o que não era, passando a exercer um notável controle sobre a sociedade. O perfil dos considerados “loucos” e “alienados” foi o grande alvo desse projeto médico de higienização social. Dessa forma, não é surpresa observar que o contexto e o conceito de “asilo” tenha sido um lugar justificado para depositar pessoas indesejadas pela elite nobre da *Belle Époque* de Fortaleza.

Nesse processo, ainda refletimos igualmente sobre os aspectos relacionados a gestão e a quem ela serviu no passado, compreendendo uma posição crítica de pensar sobre as maneiras pelas quais a administração e suas técnicas podem dar as mãos a uma gestão que seja, de fato, inclusiva, não colocando à margem e no lugar de esquecimento diferentes grupos específicos que territorializam seus espaços.

Dada a relevância desses diferentes aspectos e reflexões levantadas, acreditamos que esse estudo possa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre as cidades e a abordagem da história no contexto dos estudos organizacionais, articulando o organizar inclusivo da saúde por meio da gestão dos doentes e o atendimento à cidade. Todavia, cabe destacar as limitações desse estudo, tendo em vista que não foram suficientemente aprofundados alguns pontos que surgiram no meio do processo da pesquisa. Dessa forma, como recomendações para pesquisas futuras, chamamos atenção para o contexto histórico de criação do cemitério São João Batista (que faz parte do “Complexo Santa Casa) e seus processos relativos à preservação da memória cearense, além da história de outras instituições que fazem parte da história de Fortaleza como a Catedral Metropolitana, o Mercado Central, o Teatro José de Alencar e o Arena Castelão. Sugere-se também a ampliação desse movimento focalizando outras instituições de saúde e seus processos de organização que foram relevantes para a história do organizar de diferentes cidades no contexto brasileiro.

Referências Bibliográficas

- APPIO, J.; FRIZON, N. N.; CANOPF, L.; MARCON, D.; MADRUGA, B. Pesquisa Histórica como uma possibilidade à pesquisa em Estudos Organizacionais. **CIAIQ**, 3, 2017.
- BARROS, A. Antecedentes dos cursos superiores em administração brasileiros: As escolas de comércio e o curso superior em administração e finanças. **Cadernos EBAPE. BR**, 2017.
- BARROS, A. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 79, 2016.
- BARROS, A. N.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 55(2), 2015.
- BARROS, A.; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. A criação do curso superior em administração na UFRGS em 1963: uma análise histórica. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 2018.
- BEZERRA, M. M.; FERNANDES, F. K.; CHAYM, C. D.; IPIRANGA, A. S. R. História da escola da Administração do Ceará: uma educação para o desenvolvimento? **Revista Gestão em Análise**, 8(1), 2019.
- BOOTH, C., ROWLINSON, M. Management and organizational history: Prospects. **Management & Organizational History**, 1(1), 2006.

- BRUNNINGE, O. Using history in organizations: how managers make purposeful reference to history in strategy processes. **Journal of Organizational Change Management**, v. 22, n.1, 2009.
- BRUNO, A. **Fortaleza: uma breve história**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.
- BURREL, G. **Pandemonium: Towards a Retro-Organization Theory Burrel**. London: [s.n.], 1997.
- CARNEIRO, A.; BARROS, A. Uso de documentos para narrar a história de organizações: reflexões e experiências. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 11(30), 2017.
- CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. **ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE**, v. 15, 2008.
- CARTAXO, J. **Cidades: economia, gestão e centralidade**. Fortaleza: Armazém da cultura, 2016.
- CARTER, R. G. S. Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence. **Archivaria**, v. 61, 2006.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: J. Poupard, et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CLARK, P.; ROWLINSON, M. The Treatment of History in Organization Studies: Towards an ‘Historic Turn’? **Business History**, 46(3), 2004.
- COOKE, B. Writing the left out of management theory: the historiography of the management of change. **Organization**, v. 6, n. 1, 1999.
- CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B.; BASTOS, A. F. S. Aqui é a nossa praia! Apropriação e uso da avenida paulista no contexto de políticas de desenvolvimento urbano. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2019.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, 2011.
- COSTA, A. M.; BARROS, D.; MARTINS, P. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. v. 50, n. 3, 2010.
- COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. A pesquisa histórica em administração: uma proposta para práticas de pesquisa. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 1, 2019.
- COSTA, M. C. L. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, 2014.
- DECKER, S. Solid intentions: An archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering. **Organization**, v. 21, n. 4, 2014.
- DECKER, S. The silence of the archives: business history, post-colonialism and archival ethnography. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, 2013.
- DUREPOS, G.; MILLS, A. J. Theorizing the past: Realism, relativism, relationalism and the reassembly of Weber. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, 2012.
- FANTINEL, L. D. **O organizar multiespécie da cidade**. In: SARAIVA, L.A.S.; IPIRANGA, A.S.R. (Orgs). Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades. Ituiutaba: Barlavento, 2020.
- FANTINEL, L. D.; FISCHER, T. M. D. Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades. **Gestão e Sociedade**, 6.15, 2012.
- FARIAS, A. **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.
- FERREIRA, L. M. **A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: acolhimento de enfermos e educação para a saúde pública (1861-1889)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.
- FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais — Salvador da Bahia, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3. 1997.

FISCHER, T. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local**. In: FISCHER, T. *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GIRÃO, R. **Geografia estética de Fortaleza**. Imprensa Universitária do Ceará, 1979.

GODFREY, P. C.; HASSARD, J.; O'CONNOR, E. S.; ROWLINSON, M.; RUEF, M. What is organizational history? Toward a creative synthesis of history and organizational studies. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, 2016.

GODOY, A. S. Reflexão a respeito das contribuições e limites da história de vida na pesquisa em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 19(1), 2018.

GOLDMAN, P. Searching for history in organizational theory: Comment on Kieser. **Organization Science**, v. 5, n. 4, 1994.

HODGE, P. A.; COSTA, A. D. S. M. Do particular para o geral: Memória, história oral e estudos organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, 19(3), 2020.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, 14.36, 2016.

IPIRANGA, A. S. R. Práticas Culturais de Espaços Urbanos e o Organizar Estético: uma proposta de estudo. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, 2016.

KIESER, A. Why organization theory needs historical analyses - and how this should be performed. **Organization Science**, v. 5, n. 4, 1994.

KUSTER, E.; PECHMAN, R. **O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LACERDA, C. C. O.; IPIRANGA, A. S. R.; THOENE, U. A critical organizational history of city margins in the Global South. **Qualitative Research In Organizations And Management**, v. 18, 2023.

LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 95, 2020.

LIMENA, M. M. C. **Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte**. São Paulo em Perspectiva, 15.3, 2001.

LOPES, F. T.; COSTA, A. S. M. Political exile in the post-2019 Brazilian context: history of exile and work-existence/resistance of a Brazilian intellectual. **Cadernos EBAPE. BR**, 19, 2021.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais**. Tese (doutorado em administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MACCALI, N.; MINGHINI, L.; WALGER, C. D. S.; AROGLIO, K. D. O método história de vida: desvendando a subjetividade do indivíduo no estudo das organizações. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 15(3), 2014.

MÉRIAN, J. Y. **A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil**. In: PINHEIRO, L. C.; RODRIGUES, M. M. M. (Orgs.). *A Belle Époque Brasileira*. CLEPUL, LISBOA, 2012.

MISOCZKY, M. C.; OLIVEIRA, C. M. A cidade e o urbano como espaços do capital e das lutas sociais: notas sobre a duradoura contribuição de Henri Lefebvre. **Revista de Administração Pública**, 2018.

MOURA, L. F. **Estado, Santa Casa de Misericórdia e Assistência em Fortaleza-CE**. ANPUH, Brasil – 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

OLIVEIRA, C F. A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e o Asilo São Vicente de Paula: a problemática da loucura no Ceará. **Escritos sobre a Saúde, Doenças e Sociedade**. Recife: Universitária UFPE, 2010.

- PALHARES, J. V.; CORREIA, G. F. A.; CARRIERI, A. P. “Um lugar de movimento”: a trajetória histórica das apropriações dos espaços da Galeria do Ouvidor em Belo Horizonte (MG). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 4, 2020.
- PEREIRA, J. A.; CHAGAS, P. B.; BANKUTI, S. M. S. Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Localizado: o Caso da Uva no Município de Marialva-PR. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL**, v. 11, 2019.
- PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2004.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano. I, n. I, 2009.
- SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, 46.2, 2012.
- SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. de S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, 15.2, 2014.
- SARAIVA, L. A. S.; ENOQUE, A. G. (Orgs.). **Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2019.
- SARAIVA, L. A. S.; IPIRANGA, A. S. R (Orgs.). **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2020.
- SAUERBRONN, F. F.; LIMA, J. P.; FARIA, A. Decolonizing-Recolonizing Curriculum in Management and Accounting with Southern Praxis. **Academy of Management**, v. 1, 1-40, 2022.
- SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. In: Registro: **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. V. 3, Nº 3, 2004.
- SHIMADA, N. E. **Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do bairro Santa Felicidade, pelos seus moradores**. Dissertação (mestrado em administração) – Universidade Estadual de Maringá, 2015.
- SILVA, D. A. S.; CHAGAS, P. B. O processo de des-re-territorialização dos moradores do conjunto residencial Geraldo Felipe no município de Paranavaí-PR: uma intervenção urbana a partir do programa Minha Casa Minha Vida. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 9, 2020.
- SIQUEIRA, L. M. A. M. **Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: Aspectos históricos da instituição, de sua arquitetura e sua inserção contemporânea na cidade**. Dissertação – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2022.
- TEIXEIRA, R.; COSTA L. A. H.; LOPES, F. T. A história de vida na pesquisa em Administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 15(4), 2021.
- VASCONCELOS, A. **Santa Casa de Fortaleza (1861-1962)**. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 50(1), 2010.
- WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, 14(1), 2019.
- YATES, J. Understanding historical methods in organization studies. In: BUCHELI, M.; WADHWANI, D. R. **Organizations in time: History, theory, methods**, UK: Oxford University Press, 2014.
- ZALD, M. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: Toward a reconceptualization of the foundations of the field. **Organization Science**, v. 4, n. 4, 1993.